

SINAIS VISÍVEIS DE UMA ESPIRITUALIDADE INVISÍVEL

Distintivos, Símbolos e Heráldica das Congregações Marianas

Um estudo sobre a cultura simbólica das Congregações Marianas nos séculos XVI ao XX

Alexandre Martins, cm.

I. Introdução: A Linguagem dos Sinais na Espiritualidade Católica

Ao longo da história da Igreja Católica, a espiritualidade jamais se limitou à esfera invisível da alma ou às práticas interiores da oração e da contemplação. Ela sempre buscou também uma expressão exterior, sensível, visível — capaz de anunciar ao mundo a fé daqueles que a viviam e de recordar, a cada instante, ao próprio fiel, o compromisso que havia assumido com Deus. Essa busca por sinais externos de pertença religiosa e identidade espiritual encontrou nas Congregações Marianas um de seus exemplos mais ricos, consistentes e duradouros.

As Congregações Marianas, associações apostólicas leigas nascidas no século XVI sob a inspiração da Companhia de Jesus, desenvolveram ao longo de quatro séculos de existência uma cultura simbólica de rara profundidade. Medalhas, fitas, distintivos, uniformes, estandartes e brasões — todos esses elementos constituíram, em conjunto, uma verdadeira pedagogia visual da espiritualidade mariana. Não se tratava de meros ornamentos ou de vaidade associativa: cada sinal carregava em si um significado teológico preciso, uma referência à Virgem Maria, um lembrete de consagração e de missão.

O presente artigo propõe-se a examinar, de forma sistemática e aprofundada, essa rica tradição simbólica das Congregações Marianas. Partindo da origem histórica dos primeiros distintivos, passando pelo significado espiritual da célebre fita azul, analisando as variações regionais e sociais dos distintivos nos séculos XIX e XX, e chegando até a heráldica propriamente dita — com seus estandartes, brasões e monogramas —, busca-se oferecer ao leitor uma visão abrangente de como uma associação espiritual constrói, ao longo do tempo, uma identidade visual que é, ao

mesmo tempo, confissão de fé e programa de vida.

II. Origem e Fundação das Congregações Marianas

Para compreender o significado dos símbolos das Congregações Marianas, é imprescindível recuar às suas origens históricas. A primeira congregação foi fundada em 1563 no Colégio Romano pelo padre jesuíta Jean Leunis, que reunia estudantes em torno da devoção à Virgem Maria e da prática de uma vida cristã mais intensa e apostólica. Essa iniciativa inicial, modesta em suas proporções, revelou-se de extraordinária fecundidade: em poucos anos, congregações semelhantes se espalhavam por colégios jesuítas em toda a Europa.

O passo decisivo para a consolidação institucional desta associação viria em 1584, quando o Papa Gregório XIII promulgou a bula *Omnipotentis Dei*, reconhecendo oficialmente a Congregação do Colégio Romano como Prima Primaria e autorizando-a a agregar canonicamente outras congregações em todo o mundo. Esse ato pontifício transformou o que havia começado como uma devoção estudantil local em um movimento espiritual de âmbito verdadeiramente universal.

A partir desse momento, milhares de congregações foram sendo fundadas e agregadas à Prima Primaria — em colégios e universidades, em paróquias e catedrais, entre operários e militares, nos campos e nas cidades. Cada uma dessas congregações mantinha laços espirituais com a matriz romana, partilhando os mesmos princípios devocionais e apostólicos, ao mesmo tempo em que desenvolvia suas próprias características locais. É nesse contexto de expansão e diversificação que se deve compreender o surgimento e a evolução dos distintivos congregados.

III. A Fita Azul: História e Significado de um Símbolo Secular

3.1 A emergência do distintivo nos primeiros séculos

Nos primeiros decênios de existência das Congregações Marianas, não existia ainda um distintivo universalmente padronizado. Os documentos internos da Companhia de Jesus e os registros das primeiras congregações indicam que, desde cedo, surgiu o hábito de os membros portarem algum sinal discreto de identificação, sobretudo em ocasiões de caráter comunitário: procissões, exercícios espirituais, reuniões de apostolado. Esse costume respondeu tanto a uma necessidade prática — reconhecer os membros entre si em meio à multidão — quanto a uma necessidade

espiritual — manifestar publicamente, ainda que discretamente, a pertença a uma família de consagrados à Virgem.

Entre os séculos XVII e XVIII, o uso da fita azul foi-se consolidando como o sinal mais característico dos congregados marianos. Em algumas regiões ela era presa ao peito; em outras, à lapela do casaco ou ao braço. Sua simplicidade contrastava com a profundidade do que representava: não era um enfeite, mas um programa de vida. Com o tempo, tornou-se prática comum prender à fita azul a medalha mariana, formando um pequeno distintivo que sintetizava visualmente a dupla dimensão da identidade congregada — a consagração à Virgem e o pertencimento à Congregação.

O costume difundiu-se com particular intensidade nas congregações estudantis e universitárias, onde o distintivo cumpria também uma função de coesão grupal entre jovens que compartilhavam os mesmos ideais espirituais e apostólicos. Ao longo dos séculos, a fita azul tornou-se elemento quase inerente à iconografia das Congregações Marianas, aparecendo em gravuras, fotografias e registros visuais de congregações de todo o mundo.

3.2 O simbolismo teológico da cor azul

A escolha da cor azul para o distintivo congregado não foi obra do acaso nem de mero convencionalismo estético. Ela radica-se numa tradição cristã plurissecular que associa o azul à pessoa da Virgem Maria de modo específico e inconfundível. Desde a arte cristã medieval, o manto da Mãe de Deus aparece representado nessa cor, carregada de significados teológicos que a piedade popular e a reflexão teológica foram aprofundando ao longo dos séculos.

Na tradição simbólica cristã, o azul evoca, antes de tudo, o céu — e, por extensão, tudo aquilo que é divino, espiritual, elevado acima das contingências do mundo terreno. Ele simboliza também a pureza, a fidelidade inabalável e a disposição contemplativa da alma que se volta para Deus. Ao associar esses valores à figura de Maria — que reuniu em sua pessoa, de modo singular, a pureza virginal, a fidelidade à vocação divina e a abertura contemplativa à vontade de Deus —, a tradição cristã criou um símbolo de extraordinária pregnância espiritual.

Os manuais espirituais das Congregações Marianas eram explícitos nessa interpretação. Ao receber a fita azul no momento de sua admissão oficial, o congregado era instruído a vê-la não como um ornamento, mas como um espelho: ela devia recordar-lhe, a cada instante, que havia se comprometido a imitar as virtudes de Maria, especialmente a humildade, a pureza de intenção, a caridade

fraterna e a generosa disponibilidade para o serviço de Deus e do próximo. A fita tornava-se, assim, um exame de consciência silencioso, permanentemente preso ao traje.

3.3 A fita como sinal de pertença e de compromisso

Além de seu significado espiritual individual, a fita azul possuía uma dimensão comunitária igualmente importante. Ela era o sinal visível de que aquele que a usava havia passado pelo processo formal de admissão à Congregação Mariana — havia feito sua consagração à Virgem, havia inscrito seu nome no livro da associação, havia assumido os compromissos espirituais próprios de um congregado.

Esses compromissos eram precisos e exigentes: uma vida sacramental frequente, marcada pela confissão regular e pela comunhão assídua; a prática das virtudes cristãs na vida cotidiana; o empenho apostólico entre os colegas de estudo, de trabalho ou de serviço militar; e a defesa pública da fé católica em um mundo cada vez mais marcado pelo indiferentismo religioso e pelo anticlericalismo. A fita azul era, portanto, o distintivo não de uma devoção passiva, mas de um apostolado ativo.

Em muitas congregações, a solenidade com que a fita era entregue ao novo membro sublinhava esse caráter comprometedor. A entrega ocorria no contexto de uma cerimônia de admissão, frequentemente presidida pelo padre diretor espiritual, acompanhada de uma consagração explícita à Virgem e do registro formal do nome do novo congregado. Receber a fita azul era, simbolicamente, receber uma missão.

3.4 A fita nas grandes celebrações marianas

Durante os séculos XIX e XX, a fita azul assumiu um protagonismo especial nas grandes celebrações litúrgicas e comunitárias das Congregações. Nas procissões marianas — que percorriam as ruas das cidades europeias e latino-americanas em dias como a festa da Imaculada Conceição, celebrada em 8 de dezembro —, os congregados marchavam com suas fitas e medalhas visíveis, constituindo um testemunho público de fé que impressionava os observadores pela ordem, pela seriedade e pela piedade manifestas.

As festas da Imaculada Conceição assumiam, para as Congregações Marianas, uma importância central: era o dia da padroeira, o momento de renovar a consagração à Virgem e de reafirmar os compromissos assumidos no momento da admissão. Nessas ocasiões, as fitas azuis e as medalhas congregadas brilhavam com uma significação redobrada, lembrando a todos que aquela multidão de crentes não era uma massa anônima, mas uma comunidade de discípulos deliberadamente

comprometidos.

Em certas congregações, particularmente em ambiente universitário ou militar, a fita era usada com a medalha mariana presa em sua extremidade, formando um pequeno distintivo de lapela que combinava discrição e identidade. Esse uso cotidiano — e não apenas em ocasiões solenes — revelava a profundidade com que o espírito congregado havia penetrado na vida dos membros.

IV. A Medalha Congregada: Origem, Evolução e Significado

4.1 Das medalhas Marianas comuns às medalhas próprias das Congregações

Embora a devoção mariana estivesse no centro das Congregações desde seus primórdios no século XVI, o uso de uma medalha específica e própria de congregado difundiu-se de modo mais consistente apenas a partir do século XIX. Nos primeiros séculos, os membros costumavam usar medalhas Marianas de cunho devocional geral — representando a Imaculada Conceição, a Anunciação ou a Virgem com o Menino Divino —, sem que existisse necessariamente um modelo padronizado para toda a associação.

A grande renovação do movimento congregado no século XIX — impulsionada pela restauração da Companhia de Jesus em 1814 e pela retomada vigorosa das obras apostólicas jesuíticas — trouxe consigo um impulso de sistematização e de identidade institucional que se manifestou, entre outros aspectos, na produção de medalhas próprias das Congregações. Essas medalhas passaram a apresentar elementos iconográficos e inscrições que as tornavam inconfundivelmente congregadas: não eram apenas objetos de devoção mariana em geral, mas sinais específicos de pertença a uma determinada congregação.

A composição típica dessas medalhas incluía, em geral, a imagem da Virgem Maria — com frequência sob o título da Imaculada Conceição, que se tornou o símbolo teológico por excelência das Congregações Marianas após a definição do dogma em 1854 —, acompanhada da inscrição '*Congregatio Mariana*' ou equivalente, e, em muitos casos, do monograma A.M.D.G. (*Ad Majorem Dei Gloriam*), lema imortal da espiritualidade inaciana.

4.2 A medalha como sacramento de identidade

A medalha congregada não era compreendida pelos membros das Congregações Marianas como um simples objeto de devoção, intercambiável com qualquer outro. Era, antes, um símbolo tríplice — uma realidade que sintetizava três dimensões fundamentais da existência congregada. A primeira era a pertença à Congregação, a inserção formal em uma comunidade espiritual estruturada, com direitos, deveres e carisma próprio. A segunda era a consagração mariana, a entrega deliberada e filial à Virgem Maria como mãe espiritual e modelo de vida cristã. A terceira era o compromisso apostólico, a disposição ativa de trabalhar pela extensão do Reino de Deus no ambiente em que o congregado vivia.

A entrega da medalha ocorria, como a da fita azul, no contexto solene da cerimônia de admissão, junto com a inscrição do nome do novo membro no livro da Congregação. Esse gesto ritualizado sublinhava que a medalha era um sinal recebido, não adquirido: ela não era comprada num comércio devocional, mas entregue pela mão do diretor espiritual em nome da Congregação e, simbolicamente, em nome da própria Virgem Maria.

O ato de usar a medalha diariamente tornava-se, assim, uma renovação cotidiana da consagração e um lembrete permanente da missão. Muitos congregados santos — como Luís Gonzaga, João Berchmans e Francisco de Sales, para citar apenas os mais celebrados — viveram essa realidade com intensidade tal que a medalha congregada se tornou inseparável de sua biografia espiritual.

V. Diversidade dos Distintivos: Adaptações Sociais e Regionais

5.1 Congregações estudantis e universitárias

O ambiente onde as Congregações Marianas primeiro floresceram e onde mais profundamente enraizaram sua tradição simbólica foi, sem dúvida, o das instituições de ensino — os colégios jesuítas que se multiplicaram pela Europa e, mais tarde, pela América Latina e outras regiões do mundo. Foi precisamente nesse ambiente estudantil que se formaram alguns dos maiores santos e apóstolos que a história das Congregações produziu, como Luís Gonzaga e João Berchmans.

Nas congregações escolares e universitárias, os distintivos assumiam uma forma discreta e ao mesmo tempo funcionalmente eficaz. O objetivo não era a ostentação, mas o reconhecimento mútuo entre os membros e a manifestação serena

de uma identidade espiritual compartilhada. O conjunto típico incluía uma pequena medalha mariana, a fita azul presa ao peito ou à lapela, e, em muitos casos, um pequeno distintivo metálico com as iniciais da Congregação. Esses sinais eram usados sobretudo nas reuniões comunitárias, nas procissões e nas festas marianas.

O espírito que animava o uso desses distintivos nos ambientes estudantis era aquele que os fundadores das Congregações haviam transmitido desde o início: a integração orgânica entre estudo, oração e apostolado. O congregado estudante devia ser, simultaneamente, um estudioso competente, um cristão fervoroso e um apóstolo ativo entre seus colegas. A medalha e a fita azul recordavam-lhe, a cada dia, que essas três dimensões eram inseparáveis.

5.2 Congregações militares

Um capítulo particularmente fascinante da história dos distintivos congregados é aquele representado pelas congregações compostas por militares — fenômeno que se intensificou especialmente no final do século XIX e início do século XX, em um contexto marcado pela expansão do catolicismo social e pela busca de uma renovação espiritual nas Forças Armadas de países com forte tradição católica.

Nas congregações militares, os distintivos assumiam uma forma um pouco mais solene, em harmonia com o ethos específico do ambiente castrense. A medalha mariana era em geral maior do que a das congregações estudantis; a fita azul ganhava bordas douradas, que lhe conferiam uma aparência mais formal; e o distintivo metálico com o emblema da Congregação era frequentemente desenhado de modo a poder ser usado discretamente junto ao uniforme, sem desobedecer aos regulamentos militares.

Essas congregações perseguiram um ideal que unia, de modo aparentemente paradoxal mas, na verdade, profundamente coerente, a disciplina militar e a vida cristã profunda. Para seus membros, a devoção mariana não era incompatível com a vida das armas: pelo contrário, ela era a fonte de uma coragem moral superior àquela que os manuais militares podiam proporcionar — a coragem que nasce da consciência de servir a um fim transcendente e de agir sob a proteção da Mãe de Deus.

5.3 Congregações operárias

O século XIX foi não apenas o século da grande expansão das Congregações Marianas universitárias e militares, mas também o século em que o movimento congregado se abriu de modo significativo para o mundo do trabalho. No contexto

das transformações sociais provocadas pela Revolução Industrial e da resposta que a Igreja Católica foi elaborando a esses desafios — resposta que culminaria na encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII em 1891 —, as Congregações Marianas fundadas entre operários e trabalhadores urbanos tornaram-se um instrumento privilegiado de formação cristã e de promoção social.

Nos ambientes operários, os distintivos congregados assumiam uma forma ainda mais simples e acessível. A medalha mariana era frequentemente de material modesto; a fita azul, estreita e sem ornamentos; o distintivo, quando existia, consistia em uma pequena peça esmaltada com a imagem da Virgem. Essa simplicidade não era empobrecimento: era encarnação. Ela refletia a escolha consciente de adaptar os sinais externos de identidade congregada às condições concretas de vida dos membros, sem que isso implicasse qualquer diminuição do significado espiritual.

Os congregados operários eram convocados a viver, em seu ambiente específico, aquele mesmo ideal de integração entre fé e vida que animava os estudantes nos colégios e os oficiais nos quartéis. A devoção à Virgem Maria, expressa pelos discretos distintivos que usavam nos bolsos ou nas lapelas de suas roupas de trabalho, era a raiz de um compromisso social concreto: a busca da justiça, da dignidade e da fraternidade no mundo do trabalho.

VI. Uniformes e Trajes Congregados no Início do Século XX

Se os distintivos isolados — medalha, fita, insígnia — constituíam o nível mais comum e universalmente difundido da identidade visual das Congregações Marianas, algumas associações avançaram além e desenvolveram formas mais completas de traje congregado, especialmente no início do século XX. Esse fenômeno foi mais pronunciado na Europa e na América Latina, regiões onde o catolicismo popular possuía uma longa tradição de expressão coletiva e de manifestação pública da fé.

É importante sublinhar que esses trajes congregados não tinham caráter militar nem impunham uma rigidez de uniformização incompatível com a natureza de uma associação espiritual voluntária. Eram, antes, formas de expressão comunitária da identidade congregada — modos de dizer, através de uma linguagem visual partilhada, que um grupo de pessoas havia escolhido caminhar junto na mesma direção espiritual.

O elemento central permanecia sempre a fita azul, símbolo irrenunciável da

consagração mariana. Em certas congregações ela assumia uma dimensão maior, sendo usada à maneira de uma faixa que atravessava o peito, à semelhança das faixas usadas em contextos heráldicos ou protocolares. Em outras, era presa à medalha congregada, compondo um conjunto de distintivos de lapela. Em algumas cerimônias particularmente solenes — jubileus de fundação, grandes festas marianas, consagrações coletivas —, certos grupos faziam uso de capas ou estolas de cor azul ou branca, cores marianas por excelência, evocando simbolicamente o manto sob o qual a Virgem Maria, segundo a piedade tradicional, acolhe e protege seus filhos.

VII. A Heráldica das Congregações Marianas

7.1 O sentido pedagógico da heráldica congregada

A dimensão mais elaborada e artisticamente rica da cultura simbólica das Congregações Marianas manifesta-se naquilo que se pode denominar, em sentido amplo, a heráldica congregada — o conjunto de símbolos, emblemas, brasões e estandartes que as diversas congregações desenvolveram ao longo dos séculos para expressar, de modo visualmente articulado, a complexidade de sua identidade espiritual.

A heráldica, como é sabido, constitui uma linguagem visual codificada, em que cada elemento — cores, figuras, disposições — possui um significado preciso e reconhecível por aqueles que conhecem o código. Para as Congregações Marianas, essa linguagem tornava-se um instrumento pedagógico de extraordinária eficácia: a visão de um estandarte ou de um brasão congregado era capaz de comunicar, em um instante, um conjunto denso de verdades espirituais — a consagração à Virgem, a filiação jesuíta, o compromisso apostólico, a pertença a uma comunidade específica.

Longe de ser, portanto, um exercício de presunção institucional ou de vaidade associativa, a heráldica congregada tinha a função de recordar aos membros quem eram e para quê existiam. Os símbolos dos brasões e dos estandartes eram verdadeiros catecismos visuais, sínteses iconográficas da espiritualidade mariana que animava a vida de gerações de congregados.

7.2 Os símbolos marianos na heráldica congregada

O repertório simbólico das Congregações Marianas incluía uma série de elementos iconográficos fixos, consagrados pela tradição e dotados de um significado teológico estável, ao redor dos quais cada congregação podia desenvolver variações particulares.

O monograma mariano — composto pelas letras A.M. (Ave Maria) ou M.A. (Maria), frequentemente entrelaçadas segundo os princípios da caligrafia ornamental — era um dos elementos mais difundidos. Ele evocava diretamente a saudação angélica da Anunciação, aquele 'Ave Maria' que inaugurou o diálogo entre o céu e a humanidade redimida, e que se tornara a oração mariana por excelência da cristandade. O monograma aparecia no centro dos estandartes, nas medalhas congregadas, nos brasões das congregações universitárias e nos frontispícios dos manuais espirituais.

A estrela — símbolo de Maria como *Stella Maris*, a Estrela do Mar que orienta os navegantes perdidos nas tempestades da vida — era outro elemento heráldico recorrente. Sua presença nos estandartes e brasões congregados recordava aos membros que a Virgem era, para eles, não apenas um modelo a imitar, mas também um guia a seguir, uma presença luminosa capaz de orientar os passos nos momentos de obscuridade e de incerteza. A coroa, por sua vez, afirmava a realeza espiritual de Maria, celebrada pela tradição como Rainha do Céu e da Terra: ela aparecia habitualmente sobre o monograma mariano, sobre o escudo do brasão ou acima da imagem da Virgem.

7.3 Os símbolos jesuítas na heráldica congregada

As Congregações Marianas nasceram dentro do universo espiritual da Companhia de Jesus, e essa origem se refletiu de modo permanente em sua heráldica. Ao lado dos símbolos propriamente marianos, os brasões e estandartes congregados incorporaram com frequência elementos característicos da tradição inaciana, criando uma síntese visual que exprimia a dupla filiação espiritual do movimento congregado.

O monograma IHS — acrônimo do epíteto de Jesus em grego, *Iesus Hominum Salvator*, adotado por Santo Inácio de Loyola como símbolo da Companhia —, aparecia frequentemente associado ao monograma mariano nos elementos heráldicos das Congregações. Essa justaposição não era casual: ela exprimia, de modo condensado e visualmente eloquente, a convicção teológica central da espiritualidade congregada, segundo a qual toda verdadeira devoção a Maria conduz inevitavelmente a Cristo.

O lema *Ad Majorem Dei Gloriam* — 'Para a maior glória de Deus', a divisa que Santo Inácio havia escolhido como síntese do ideal apostólico jesuíta — era outro elemento frequentemente presente nos brasões e estandartes congregados. Sua presença recordava que as Congregações Marianas não eram associações devotas voltadas para si mesmas, fechadas na celebração interior da própria piedade: eram

instrumentos de apostolado, grupos de crentes determinados a transformar o mundo segundo o Evangelho e a glorificar Deus em todas as dimensões da vida humana.

7.4 A estrutura dos brasões congregados

Muitas Congregações Marianas — especialmente as de caráter universitário ou diocesano, aquelas com uma identidade institucional mais consolidada e com meios materiais suficientes para encomendas artísticas — desenvolveram brasões estruturados segundo os princípios da heráldica clássica europeia. Esses brasões representavam a síntese máxima da identidade visual de uma congregação específica, concentrando em uma única composição todos os elementos simbólicos que a definiam.

A estrutura típica de um brasão congregado seguia uma organização que combinava elementos universais — presentes em todas as congregações — com elementos particulares — específicos de cada uma. O escudo central ostentava o principal símbolo mariano da congregação, frequentemente o monograma A.M. ou a imagem da Imaculada Conceição. Sobre o escudo, a coroa afirmava a realeza mariana; ao lado, a estrela indicava a função de guia espiritual; na parte inferior, uma fita com o lema da congregação — o A.M.D.G. jesuíta ou alguma variante devocional específica — ancorava todo o conjunto em uma afirmação apostólica.

Em congregações com contextos específicos bem definidos, o brasão podia incluir elementos iconográficos adicionais que exprimiam essa particularidade: livros abertos nas congregações universitárias, para lembrar que o saber estava a serviço de Deus; âncoras nas congregações de marinheiros e portuários, evocando a *Stella Maris* que guia os que afrontam o mar; espadas ou escudos nas congregações militares, para lembrar que a força das armas devia estar a serviço da justiça e da paz.

7.5 Os estandartes processionais

Se os brasões representavam a identidade visual das Congregações em sua expressão mais codificada e permanente, os estandartes processionais constituíam sua manifestação mais dramática e publicamente visível. Usados nas grandes procissões marianas que percorriam as ruas das cidades católicas em dias de festa, os estandartes congregados eram, literalmente, bandeiras de uma causa espiritual — afirmações coloridas e bordadas de que a devoção à Virgem Maria era uma realidade viva, encarnada em comunidades concretas de homens e mulheres comprometidos.

A confecção dos estandartes processionais era, com frequência, uma obra de

arte coletiva, resultado do trabalho dedicado de irmandades ou grupos de senhoras devotas que investiam horas de trabalho de bordado em panos de seda ou veludo azul e branco. A imagem central era geralmente uma representação solene da Virgem Maria — a Imaculada Conceição, a Assunção, a Nossa Senhora da Misericórdia — ladeada pelo monograma mariano e pelo nome e data de fundação da Congregação.

Durante as procissões, os portadores dos estandartes marchavam na vanguarda do grupo congregado, tornando visível para todos os transeuntes a identidade espiritual daquela comunidade. Em muitas cidades europeias e latino-americanas do século XIX e início do século XX, essas procissões tornaram-se verdadeiros acontecimentos cívicos, manifestações públicas de uma fé que recusava limitar-se às igrejas e pretendia afirmar sua presença no espaço urbano e na vida social.

7.6 O Monograma XPM: do Encontro Alemão dos Anos 1920 ao Distintivo Universal de 1954

Entre todos os símbolos que a tradição heráldica das Congregações Marianas produziu ao longo dos séculos, nenhum alcançou a universalidade e a autoridade institucional do monograma conhecido como XPM — a combinação das letras X (*chi*), P (*rho*) e M, inscritas em um hexágono azul e dourado. Sua origem remonta a um encontro de Congregações Marianas realizado na Alemanha na década de 1920 — portanto, em período anterior ao nazismo —, no qual o monograma foi pela primeira vez utilizado como símbolo nas bandeiras das congregações participantes. A procedência germânica do símbolo, em uma época de crescente efervescência dos movimentos de massa na Europa Central, não foi fortuita: as Congregações Marianas alemãs destacavam-se, naquele período, por sua vitalidade organizativa e por sua disposição de afirmar publicamente, por meio de sinais visíveis, a identidade cristã de seus membros em contraste com os simbolismos totalitários que então emergiam.

O monograma XPM é a fusão de dois sistemas simbólicos de raízes antiquíssimas. As letras X e P — as duas primeiras letras de *Christós* (Χριστός, o Ungido) — compõem o chamado *Crísmom* ou monograma de Cristo, símbolo encontrado desde o século II nas catacumbas de Roma, notadamente nas de Santa Priscila, e tornado célebre pelo chamado “Crisma de Constantino” após a batalha da Ponte Mílvia em 312. A essa antiquíssima fórmula cristológica foi acrescentada, na releitura congregada do século XX, a letra M de Maria — síntese do lema espiritual central das Congregações: *Ad Iesum per Mariam* — “A Jesus por Maria”. O conjunto foi então inscrito em um hexágono de fundo azul e dourado: o azul de Maria, o dourado de Cristo-Sol-da-Justiça, e o hexágono evocando os seis dias da criação

como convite a que cada congregado construa, a partir de sua vida e apostolado, uma obra digna da perfeição divina.

A oficialização do XPM como símbolo universal das Congregações Marianas ocorreu no Primeiro Congresso Mundial, realizado em Roma entre 8 e 12 de setembro de 1954, por ocasião do qual a Federação Mundial, instituída em 1953 sob o impulso do Papa Pio XII, determinou que todas as congregações do mundo adotassem o monograma em hexágono como distintivo comum — o mesmo símbolo já utilizado nas bandeiras daquele Congresso, de uso corrente na Alemanha e em outros oito países, incluindo a Itália. No Brasil, a Confederação Nacional das Congregações Marianas (CNCMB) deliberou pela adoção do novo distintivo logo após o Congresso Eucarístico Nacional de 1955, realizado no Rio de Janeiro, substituindo o tradicional “escudinho” — o distintivo em forma de escudo medieval, criado no Rio de Janeiro na década de 1920, com cruz branca, coroa dourada e monograma A.M. sobre fundo azul ciano — que havia sido o símbolo específico das congregações brasileiras por mais de três décadas. A convivência posterior entre o antigo e o novo distintivo não foi isenta de tensões históricas: o “escudinho” foi paulatinamente apropriado por grupos dissidentes, tornando-se, a partir dos anos 1960, associado a círculos que recusavam as orientações do Concílio Vaticano II, o que reforçou, entre os congregados fiéis ao magistério, a adoção exclusiva do XPM como sinal de identidade e de comunhão com Roma. O monograma hexagonal permanece, até os dias de hoje, o símbolo oficial reconhecido de toda congregação mariana canonicamente ereta em todo o mundo.

VIII. Santos Congregados: Exemplos Vivos de uma Espiritualidade Simbólica

Nenhum estudo sobre os símbolos e distintivos das Congregações Marianas seria completo sem uma referência àqueles que os viveram com maior intensidade — os santos e beatos formados nas fileiras congregadas, para quem a fita azul e a medalha mariana não eram ornamentos externos, mas expressões visíveis de uma transformação interior profunda.

Luís Gonzaga, admitido na Congregação Mariana do Colégio Romano em 1585, é talvez o exemplo mais luminoso dessa tradição. Jovem de origem nobre que renunciou voluntariamente a todos os privilégios do seu estado para abraçar a vida religiosa na Companhia de Jesus, Luís viveu a espiritualidade congregada com uma intensidade que impressionava todos que o conheciam. Para ele, os símbolos marianos que usava não representavam apenas uma devoção exterior: eram o reflexo

de uma consagração interior total à Virgem Maria, que havia se tornado o eixo central de sua vida espiritual.

João Berchmans, jovem jesuíta belga do século XVII, igualmente formado na tradição congregada, viveu a mesma síntese de simplicidade exterior e profundidade interior que caracteriza os grandes espíritos marianos. Sua devoção à Virgem Maria, longe de ser sentimental ou superficial, era a raiz de uma vida de virtude ordinária extraordinariamente vivida — a virtude do cotidiano levada à perfeição.

Francisco de Sales, doutor da Igreja e patrono dos escritores e jornalistas católicos, foi igualmente formado no espírito das Congregações Marianas durante seus anos de estudos em Paris.

Esses exemplos — e inúmeros outros que a história das Congregações preservou — revelam que a tradição simbólica dessas associações não era um formalismo vazio. Os distintivos, as medalhas, as fitas e os estandartes eram sinais de uma realidade espiritual genuína, vivida com convicção e generosidade por geração após geração de congregados que encontraram, sob o manto azul de Maria, a força para ser cristãos autênticos em um mundo difícil.

IX. Conclusão: A Permanência de uma Tradição Simbólica

Ao término deste percurso pela cultura simbólica das Congregações Marianas — da fita azul do simples estudante do século XVII aos elaborados estandartes processionais das grandes congregações diocesanas do século XX —, torna-se evidente que estamos diante de uma tradição de extraordinária coerência e fecundidade. Ao longo de quatro séculos, apesar das transformações históricas, sociais e culturais que sacudiram o mundo e a própria Igreja, essa tradição manteve intactos seus elementos essenciais: a cor azul de Maria, o monograma mariano, a medalha da consagração, o lema apostólico.

Essa permanência não é obra de uma conservação arqueológica ou de um apego nostálgico às formas do passado. Ela é, antes, o sinal de que os símbolos das Congregações Marianas tocam algo de profundo na experiência espiritual humana — a necessidade de dar forma visível ao invisível, de expressar em linguagem sensível as realidades do mundo da graça, de reconhecer-se em sinais que unem passado e presente, indivíduo e comunidade, devoção pessoal e missão apostólica.

A fita azul do congregado mariano é, em última análise, muito mais do que um

pedaço de tecido colorido preso a um casaco. É uma declaração de pertença — à Virgem Maria, à Congregação, à Igreja, ao projeto de Deus para o mundo. É um programa de vida — de pureza, de fidelidade, de elevação espiritual, de serviço apostólico. É uma memória — de todos aqueles que, através dos séculos, usaram o mesmo sinal e caminharam no mesmo caminho. E é uma esperança — de que essa longa tradição de filhos e filhas de Maria continue a produzir, em nossos dias e nas gerações futuras, os frutos de santidade e de apostolado que a caracterizaram desde a fundação da primeira Congregação no Colégio Romano, no distante ano de 1563.

2AR

Notas

1. A origem histórica do distintivo congregado baseia-se nos registros internos da Companhia de Jesus e nos documentos das primeiras congregações, que mostram a rápida emergência de sinais de identificação entre os membros. A documentação sistemática desse processo encontra-se dispersa nos arquivos jesuíticos europeus.
2. O surgimento da medalha própria do congregado mariano está ligado ao processo de restauração e renovação das Congregações no século XIX, especialmente após a recomposição institucional da Companhia de Jesus em 1814. O período compreendido entre 1820 e 1900 representa a fase de maior sistematização dos símbolos congregados.
3. A heráldica das Congregações Marianas é um campo ainda pouco estudado de modo sistemático pela historiografia eclesiástica. Os dados aqui apresentados baseiam-se na análise de documentos iconográficos, manuais espirituais e registros fotográficos de congregações europeias e latino-americanas.
4. A história do monograma XPM e do distintivo “escudinho” encontra-se documentada com riqueza de fontes primárias em: MARTINS, Alexandre, cm. O distintivo “escudinho”. Blog Apologeta Mariano, São Gonçalo, 4 jan. 2014. Disponível em: <https://livrosmarianos.blogspot.com/2014/01/o-distintivo-escudinho.html>. As fontes primárias ali citadas incluem: palestra de Antônio Maia, cm, na Congregação Mariana dos Capuchinhos, Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), 1995; revista *Acies Ordinata*, 1954; conclusão 7 da Primeira Assembleia Mundial das Congregações Marianas, Roma, 1954; SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto, pe. *Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos*. São Paulo: Paulinas, 1983; e LESAGE, Robert, cônego. *Vestes e Objetos Litúrgicos*. São Paulo: Flamboyant, 1960.

Referências e Fontes Indicadas

- BROU, Alexandre, S.J. *Les Jésuites de la légende*. Paris: Victor Retaux, 1906.
- CHÂTELLIER, Louis. *L'Europe des dévots*. Paris: Flammarion, 1987.
- COMPANHIA DE JESUS. *Ratio Studiorum et Institutiones Scholasticae Societatis Jesu per Germaniam olim vigentes*. Berlim: A. Hofmann, 1887.
- GREGÓRIO XIII. *Bula Omnipotentis Dei*. Roma, 1584. In: *Bullarium Romanum*. Turim: Augustae Taurinorum, 1867.
- HÄHNEL, Franz. *Handbuch der Marianischen Kongregationen*. Freiburg im Breisgau: Herder, 1907.
- LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. Roma, 1891.
- LEUNIS, Jean, S.J. *De Congregatione Mariana*. Roma: Colégio Romano, 1563 (manuscrito). Cf. edições posteriores nos *Monumenta Historica Societatis Jesu*.
- MULLAN, Elder, S.J. *The Sodality of Our Lady*. Nova Iorque: P.J. Kenedy & Sons, 1912.
- PIO X. *Decreto Bis Saeculari Die, sobre as Congregações Marianas*. Roma, 1748.
- VILLARET, Émile, S.J. *Les Congrégations Mariales*. Paris: Beauchesne, 1947.
- Acies Ordinata*. [Publicação das Congregações Marianas.] 1954. [Número relativo ao Primeiro Congresso Mundial das Congregações Marianas, Roma, 8–12 set. 1954, com reprodução das conclusões e do decreto de adoção do distintivo XPM.]
- LESAGE, Robert, cônego. *Vestes e Objetos Litúrgicos*. Enciclopédia do Católico no Século XX, 10^a parte. Tradução das Religiosas da Companhia da Virgem. São Paulo: Flamboyant, 1960.
- MARTINS, Alexandre, cm. O distintivo “escudinho”. Blog Apologeta Mariano, São Gonçalo, 4 jan. 2014. Disponível em: <https://livrosmarianos.blogspot.com/2014/01/o-distintivo-escudinho.html>. Acesso em: 14 mar. 2026.
- SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto, pe. *Crenças, Seitas e Símbolos Religiosos*. São Paulo: Paulinas, 1983.